

1. Proponente			
Razão Social Nome Clarisse Figueiredo de Queiroz			
C.N.P.J. CPF 055.610.173-14		Inscrição Estadual -	Inscrição Municipal -
Endereço Rua François Teles de Menezes, ap. 503			Nº 120
Bairro Fátima	Cidade Fortaleza	Estado Ceará	CEP 60415-110
Telefone (85) 997551927	Fax -	Web site -	E-mail cla.clarisse@gmail.com
2. Projeto			
Nome do Projeto Regularização fundiária no Conjunto Palmeiras: uma proposta interseccional em parceria com as Mulheres em Movimento (AMEM)			
Período de Realização Julho-Novembro de 2020		Local de Realização Bairro Conjunto Palmeiras	
<input checked="" type="checkbox"/> INÉDITO		<input type="checkbox"/> NÃO INÉDITO – CONTINUAÇÃO, NOVA VERSÃO, ETC.	
2.1. Representante Legal (Para PJ)			
Nome -			RG nº -
Cargo -			CPF nº -
E-mail -		Celular -	Telefone -
2.2. Responsável Técnico Pelo Projeto (Com quem o CAU/CE deve manter contato)			
Nome Clarisse Figueiredo de Queiroz		Cargo Arquiteta e Urbanista	
Telefone (85) 32720841	Celular (85) 997551927	E-mail cla.clarisse@gmail.com	
2.3. Valor do Projeto: R\$... (por extenso)			
R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)			
3. Apresentação Sucinta do Proponente			
Informar: 3.1. Motivo de interesse; 3.2. Principais atuações; 3.3. Se já trabalhou/estudou sobre o tema da Assistência Técnica em Arquitetura e Urbanismo e/ou Habitação de Interesse Social – descrever brevemente			
<p>Esta proposta parte de um grupo de 5 jovens arquitetas independentes que, no decorrer de suas carreiras acadêmicas e profissionais, se questionaram sobre a atuação e a responsabilidade da arquiteta em relação à sociedade, em especial àquela porção que não tem acesso aos seus serviços através do mercado formal.</p> <p>No Brasil, apesar da Lei nº 11.888 de 2008 prever a democratização dos serviços de arquitetura e urbanismo, percebe-se que não há políticas públicas que efetivamente aproximem a arquiteta e urbanista das famílias e comunidades vulneráveis, assim como ocorre em outras profissões.</p> <p>É nessa conjuntura que destacamos o fato de que a arquiteta e urbanista desempenha uma posição central nas discussões sobre a construção de uma cidade mais igualitária, podendo ser um agente catalisador de transformações nas estruturas da sociedade. Observamos, nos últimos anos, uma gradativa mudança quanto à conscientização do papel da categoria, ao ocupar espaços, visibilizar desigualdades e se engajar na promoção de equidade.</p> <p>Nossa grande motivação neste projeto é repensar as formas de tratar a problemática da habitação e da regularização fundiária para os grupos vulneráveis, dentro do contexto de uma metrópole extremamente desigual como Fortaleza, nos distanciando das práticas universalistas, que muitos urbanistas, além do próprio Estado, vêm perpetuando ao longo dos séculos – em que há a dissociação das discussões e processos em torno do direito à moradia, do direito à cidade bem como a invisibilização dos diferentes cidadãos. Para tanto, trabalhamos em nossas práticas profissionais com o eixo norteador que perpassa a garantia da qualidade de vida digna para todos, a partir do uso de tecnologias e metodologias que respeitem às necessidades sociais, culturais e estéticas dos povos e as especificidades decorrentes de gênero, raça e classe.</p>			

Sendo assim, nossa equipe é composta por:

- **Clarisse Figueiredo de Queiroz** - CAU 228399-9: Durante a graduação, aproximou-se de questões relacionadas à democratização da cidade, desenvolvendo atividades no CANTO (Escritório Modelo), como o projeto participativo da "Praça Ecológica Vila Garibaldi" no bairro Serrinha e realizando levantamento de casas para fins de regularização fundiária na ZEIS Planalto do Pici, como parte do Projeto de Regularização Cidadã. Conduziu atividade de monitoria intitulada "Sistemas de suporte ao planejamento e projeto urbano" entre 2015 e 2016, utilizando a ferramenta QGIS de geoprocessamento. Entre 2016-2017 foi bolsista PIBIC no projeto intitulado "Informalidade urbana em Fortaleza: planejamento insurgente e a visualização das disputas urbanas", pesquisando as complexas relações territoriais e a atuação dos diversos agentes envolvidos. Atualmente, trabalha como arquiteta e urbanista em um escritório privado que atua com projetos públicos nas mais diversas escalas, como planos diretores, parques, instituições de ciência e tecnologia, hospitais, praças, entre outros.
- **Francisca Bruna Santiago Viana Cavalcante** - CAU A122833-1: Ao longo de sua graduação e mestrado em Geografia Urbana, colaborou com os grupos CANTO, ArqPET-UFC e LEHAB-UFC (Laboratório de Estudos em Habitação), pesquisando temas como: elaboração de projetos participativos, remoções causadas por megaeventos, regularização fundiária, zoneamento inclusivo, direito à cidade e financeirização do espaço urbano.
- **Gabriela Macedo Delgado** - CAU 256247-2. Graduada também em design pela UFC, permeia sua atuação nas duas formações através de uma abordagem social, onde encontrou na mediação uma função para cumprir com sua responsabilidade técnica. Estuda o uso de interfaces na comunicação entre o campo técnico e os atores do campo prático em ações arquitetônicas e urbanísticas, com destaque para a assessoria técnica. Em 2017, participou da Conferência Internacional em Saúde Urbana em Coimbra (ICUH), apresentando o estudo da proposta de regularização fundiária com produção participativa de moradia social e infraestrutura verde desenvolvido para a comunidade do Papoco, no Pici, Fortaleza. Desde 2017 se debruça sobre a temática do gênero e cidade, e entre 2019-2020 participou do Grupo de Trabalho de Equidade de Gênero do CAU-CE.
- **Júlia Brito Mafaldo** - CAU A1637592. Como arquiteta urbanista, trabalhou na elaboração do Plano Integrado de Regularização Fundiária das Zonas Especiais de Interesse Social Pici, Bom Jardim e Poço da Draga com financiamento do IPLANFOR, e, como estudante, foi bolsista do LEHAB - UFC e do ArqPET-UFC, além de estagiária em escritórios de arquitetura, a destacar o Rede Arquitetos. Acumula conhecimentos e experiências relativos a: urbanização de assentamento precário; legislação urbana e edilícia; normatização especial e zoneamento inclusivo; metodologia de projeto participativo; geoprocessamento; projeto arquitetônico habitacional; metodologia de diagnóstico e apreensão espacial.
- **Thais Matos Moreno** - CAU 254924-7: Trabalhou, ao longo da graduação, no LEHAB - UFC, como bolsista do Observatório de Remoções de Fortaleza, atuando em prol da articulação de comunidades ameaçadas ou atingidas por remoções pela defesa de seus direitos. Atuou também como bolsista de Estágio à Docência - PID de Projeto Urbanístico na UFC, trabalhando com foco na atuação profissional do arquiteto e urbanista em cenários de exclusão, de precariedade habitacional e de desigualdades sócio-territoriais na cidade de Fortaleza. Concentra conhecimentos nas áreas de: precariedade habitacional; remoções; financeirização do planejamento urbano; metodologias de processos participativos; regularização fundiária; direito à cidade; gênero, corpo, cidade e interseccionalidade.

4. Apresentação do Projeto, seus objetivos e contribuições para a Sociedade

Informar: 4.1. Em que consiste o projeto; 4.2. Objetivos (geral e específico) – destacar de forma clara e sucinta; 4.3. Como será estruturado; 4.4. Etapas de Execução; 4.5. Envolvimento de parceiros; 4.6. Justificar porque o CAU/CE deve apoiá-lo; 4.7. De que forma o projeto beneficiará a sociedade; 4.8. Qual a viabilidade de execução das obras para os projetos elaborados; 4.9. Outras informações relevantes

Palavras - chave: regularização fundiária; mulheres chefes de família; interseccionalidade (gênero, raça e classe), projeto participativo; precariedade; pandemia Covid-19.

Em que consiste o projeto:

O projeto consiste na proposição de **regularização fundiária** para um grupo de **até 40 residências** nas quais habitam **famílias chefiadas por mulheres**, localizadas nas **comunidades Palmeiras II e Piçarreira no Bairro Conjunto Palmeiras**, situado no extremo sul de Fortaleza-CE.

Nossa proposta parte de uma **abordagem** teórico-metodológica **interseccional**, ou seja, que compreende a importância de pensar a articulação de indicadores como gênero, raça e classe em estudos sociais (DAVIS, 1981; HOOKS, 1992; CRENSHAW, 1996), a qual nos permite perceber especificidades socioespaciais no contexto da precariedade habitacional e urbana. A partir daí, foi delimitado o **público alvo da proposta**, formado, prioritariamente, por mulheres negras chefes de família.

Assim, utiliza-se a interseccionalidade para o estabelecimento de um recorte não só espacial, que propicie, além da regularização fundiária às famílias de baixa renda, a construção de momentos que fortaleçam as redes de luta por melhorias sociais e ambientais na esfera do direito à cidade sob a perspectiva da mulher. Para isso, firmamos a **parceria com a Associação de Mulheres em Movimento do Conjunto Palmeiras (AMEM)**, e essa cooperação e diálogo se tornaram a base para a estruturação do projeto exposto. A seguir, apresentamos brevemente os **argumentos fundantes do recorte proposto**.

São as mulheres, sobretudo negras e pobres, as que normalmente realizam o trabalho doméstico e de cuidado, que além de não ser remunerado e nem contabilizado no processo produtivo (FEDERICCI, 2019), também faz com que elas passem mais tempo de suas vidas no espaço privado em comparação aos homens, sendo presumível que estabeleçam relações diferenciadas com o espaço que ocupam. Segundo os dados da Organização Internacional do Trabalho, o trabalho informal representa 42% do emprego feminino (enquanto 20% do emprego masculino), isso somado ao fato de serem mulheres as mais prejudicadas financeira, física e emocionalmente em casos de dissolução de união estável – sem falar dos índices brutais de violência doméstica – levou, inclusive, o Governo Federal a determinar que os contratos e registros efetivados no Programa Minha Casa Minha Vida deveriam ser formalizados, preferencialmente, em nome da mulher.

À vista do exposto, o atual cenário de crise social e econômica decorrente da pandemia por Covid-19, além de todos os elementos acima elucidados, torna mulheres ainda mais vulneráveis e sobrecarregadas. Contribuir para garantir a regularização fundiária para mulheres pobres consiste, além do reconhecimento do direito que possuem de ocupar sua casa e a terra em que essa foi erguida, uma forma de legitimar suas práticas e relações sociais e de ampliar sua autonomia diante de uma conjuntura de incertezas.

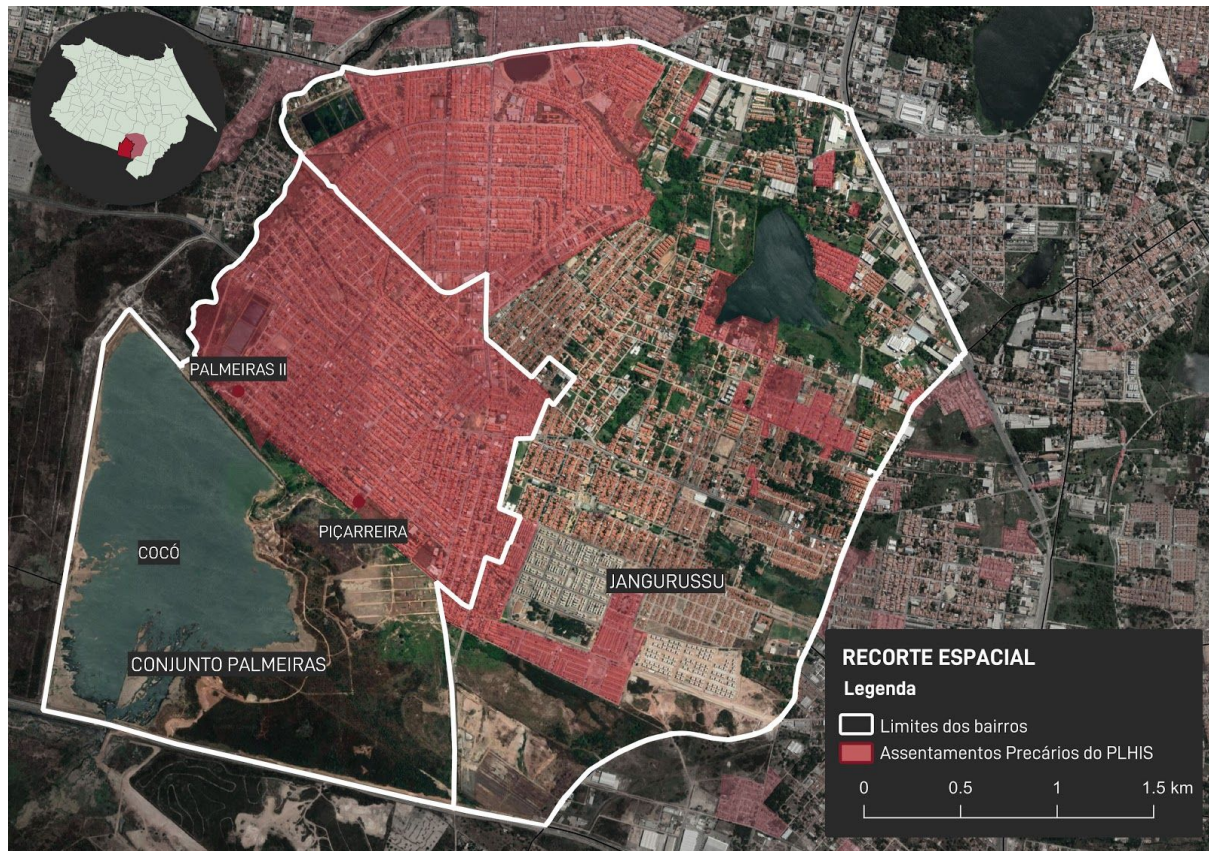
A partir da discussão sobre o lugar da mulher negra e pobre na sociedade e na cidade, nos aproximamos da **AMEM (CNPJ - 02205350001_10)**, uma associação que floresceu no meio de um cenário de vulnerabilidade social e de luta comunitária, atuante no território do Conjunto Palmeiras e adjacências há **23 anos**. Esta associação procura dar apoio às mulheres através de: treinamentos em produção de artesanato e corte e costura como forma de incrementar a renda; organização de feiras para revenda destes produtos; rodas de conversa sobre os mais diversos temas (feminismo, direitos humanos, cultura afro-brasileira e indígena, intolerância religiosa); e atividades culturais. Durante a pandemia de COVID-19 a organização não parou, realizando atividades de assistência social e promoção de segurança alimentar.

Sobre o território, segundo dados do Ipece (2012) e do Censo IBGE (2010), o Conjunto Palmeiras possui o maior número de pessoas em extrema pobreza de Fortaleza e uma renda mensal média pessoal de R\$ 239,25. Não só o Conjunto Palmeiras em si, mas também seu entorno, abrangendo o Jangurussu, formam um território complexo nos mais diversos âmbitos, agravados ainda pela insistência do poder público em construir conjuntos habitacionais na região. Diante da falta de alternativas, várias famílias ocuparam faixas de terra próximas à barragem do rio Cocó, sofrendo com alagamentos anuais decorrentes da falta de infraestrutura urbana (BRITO, 2018). Além disso, a questão da segurança pública é um assunto delicado, já que em 2017 a região foi eleita como uma das mais violentas da cidade (G1 - CE, 2018), sendo alvo de várias estratégias piloto de programas de policiamento ao longo do tempo.

Nesse contexto, **a AMEM nos apresentou como demanda antiga e prioritária de regularização fundiária as comunidades Piçarreira e Palmeiras II (MAPA 01)**, porções mais vulneráveis do bairro, sendo a última, inclusive, considerada com o pior IDH de Fortaleza.

Assim, propomos uma atuação em conjunto com a Associação, não só no sentido de executar um saber técnico, pois a equipe proponente deste projeto reconhece os prejuízos da atual compreensão do processo de regularizar como a simples titulação do imóvel. A ideia seria contribuir para uma formação social que compreenda questões relacionadas ao direito à cidade e, sobretudo, que compreenda a regularização fundiária como um processo político e um passo importante na luta por melhorias urbanísticas e ambientais na comunidade. Por isso, iremos propor a integração ao processo de produção dos documentos necessários (mencionados neste edital) à **realização de momentos de discussão, formação e partilha de conhecimentos** junto à AMEM e às famílias atendidas pela associação, sem se limitar somente às famílias cujas casas serão objeto de regularização fundiária.

Mapa 01. Fonte: Elaborado pelos autores com dados do PLHIS (2012) e base aérea do Google Earth.



Em resumo, os objetivos da proposta são:

Objetivo Geral: Realizar um projeto de Regularização Fundiária para residências situadas no Palmeiras II e na Piçarreira, tendo como parceria a AMEM (Associação de Mulheres em Movimento) e visando um recorte interseccional de análise e prática que contribua para o fortalecimento da luta e articulação da associação.

Objetivos Específicos:

1. Confirmar junto com a AMEM as 40 famílias a serem atendidas pelo projeto no universo da demanda apresentada pela Associação, a partir de critérios de prioridade dentro do recorte interseccional (a ser apresentado);
2. Realizar o levantamento das 40 casas e produzir os documentos necessários para que o seu processo de regularização fundiária seja iniciado;
3. Realizar momentos de discussão com as mulheres atendidas pela AMEM, de modo a ampliar o projeto para além dos produtos previstos por este edital, contextualizando a regularização fundiária no campo do Direito à Cidade em abordagem interseccional (e assim debater a relação entre gênero, raça e classe e a noção normativa de moradia digna e cidade legal); e a regularização fundiária dentro da luta por infraestrutura e qualidade ambiental;
4. Promover formação com as mulheres atendidas pela AMEM sobre o processo de regularização fundiária em sua dimensão jurídica e administrativa, situando-o na esfera municipal, e sobre educação ambiental, situando-se principalmente no território;
5. Realizar divulgação das atividades e da importância da regularização fundiária, dentre outras informações relevantes, de diferentes formas para diferentes públicos: comunidade atendida; profissionais e estudantes de arquitetura e urbanismo; entidades e movimentos sociais e de luta por moradia;
6. Fortalecer a rede de solidariedade articulada na AMEM através da divulgação de ações locais em meio a pandemia de COVID-19.

Estrutura do projeto:

O projeto está estruturado de modo a atender e dialogar com os objetivos apresentados. Nesse intuito, apresentamos três frentes de ação, que se misturam e se conectam, e às quais as parcerias – em maioria já articuladas à AMEM e outras captadas pelas arquitetas proponentes – desenvolvem papel indispensável. Estas são:

- **Formação**
- **Produção técnica**
- **Articulação**

Mesmo com o constante diálogo estabelecidos com a Associação ao longo da construção dessa proposta, as arquitetas proponentes pretendem, ao início dos trabalhos, abrir para debate toda a estrutura, cronograma, atividades e respectivas temáticas, demarcando compromisso com a participação popular, flexibilidade e permeabilidade frente à realidade. Portanto, toda a estrutura e etapas apresentadas a seguir está sujeita a adaptações.

No que se refere à frente de **Formação**, compreendida como via de mão dupla, propomos que os principais momentos de discussão sejam em torno das seguintes temáticas:

- Regularização Fundiária e Direito à Cidade numa visão interseccional: o momento de troca tem por objetivo aproximar as discussões do campo teórico e legal da realidade prática das mulheres do Conjunto Palmeiras, pensando o que gênero, raça e classe traz de diferente na relação dessas mulheres com o território e o que a regularização fundiária pode representar nesse contexto.

- Regularização fundiária, infraestrutura e meio ambiente: diante da sobreposição no território de precariedade habitacional e fragilidade ambiental, decorrente da proximidade das comunidades ao rio Cocó e sua barragem, este momento de formação e discussão pretende problematizar como as desigualdades socioambientais se revelam no falso conflito entre recursos naturais, preservação ambiental e a necessidade de habitação e infraestrutura da população de baixa renda, situando a regularização fundiária na busca por um modelo de urbanização equilibrado. Este momento deve ser facilitado junto com parceiro Instituto Verdeluz.

- O processo de regularização fundiária: formação quanto aos trâmites jurídicos e administrativos da regularização fundiária, situando como vem ocorrendo esse processo na legislação vigente e dentro da gestão municipal. Este momento deve ser facilitado junto com o Centro de Assessoria Jurídica Universitária (CAJU).

- Moradia digna, um conceito em disputa: a proposta desse momento é, ao fim dos processos de levantamento e produção dos documentos técnicos, convidar as mulheres participantes a desenharem suas casas de forma afetiva e a elaborarem também um "memorial descritivo", provocadas pela pergunta "como é sua casa e o que de mais importante tem ou deveria ter nela?". Nossa ideia é confrontar, através de uma dinâmica da qual faz parte a apresentação dos produtos, a **visão técnica, legalista e normativa de moradia digna** e a **visão comunitária de moradia digna**, refletindo sobre quais contribuições uma pode dar a outra. Este momento é importante especialmente no contexto de pandemia em que vivemos, considerando que a visão técnica pode trazer questões de qualidade sanitária da moradia. Os desenhos não têm o intuito de servir como interface representativa do espaço, mas como uma aproximação lúdica da situação real com a situação projetada tecnicamente como "ideal".

Relativo à frente de ação **Produção técnica**, parte-se para a parte prática de elaboração dos levantamentos nas residências selecionadas, realizados com o acompanhamento das mulheres chefes da família, para, em seguida, realizar os desenhos técnicos e os memoriais descritivos em escritório. A equipe tem conhecimento do Decreto nº 14.335 de 12 de dezembro de 2018 e Portaria SEUMA 15, de 03 de março de 2020, que legislam sobre os documentos necessários para se dar entrada num processo de regularização fundiária na SEUMA. Além dos produtos exigidos pelo edital do CAU-CE, também pretendemos elaborar os arquivos em .SHP exigidos por estes decretos, objetivando a efetivação concreta do processo.

Quanto à frente **Articulação**, temos como foco diferentes públicos e diferentes linguagens: a comunidade atendida; profissionais e estudantes de arquitetura e urbanismo; entidades e movimentos sociais e de luta por moradia. Propomos:

- O fortalecimento da rede de articulação da AMEM, ampliando-a com as entidades por nós mobilizadas, buscando a cada atividade incluir contribuições diversas dos parceiros em acordo com as suas possibilidades, as quais estão especificadas no tópico 9.

- A criação de uma rede social (Instagram) no sentido de divulgar o processo de assistência técnica, as oficinas com as mulheres da AMEM e informações importantes sobre as temáticas mobilizadas. A ideia é reforçar a **transparência** do trabalho realizado com o apoio do CAU-CE, para mostrar para arquitetos e futuros arquitetos a assistência técnica como uma possibilidade de atuação, fomentando debates e discussões relacionados à responsabilidade social do arquiteto. Além disso, a página também buscará ampliar a visibilidade e fortalecer a articulação da AMEM. A Associação, em conjunto com o MCP (Movimento dos Conselhos Populares) e a Rede Jubileu Sul vem construindo uma rede de solidariedade para o enfrentamento da crise que se instala atualmente em decorrência da Covid-19, dessa forma, a criação da página nas redes sociais também pode funcionar como apoio para esse processo. As peças gráficas produzidas ficarão disponíveis para serem veiculadas também através das redes sociais das entidades parceiras.

- Por sugestão da AMEM e do Movimento dos Conselhos Populares, incluímos na proposta a produção de áudios informativos gravados junto e com voz de lideranças comunitárias, a serem veiculados por carro de som nas ruas das comunidades, divulgando informações sobre o projeto, para possibilitar a participação de outras mulheres nos momentos de formação e ampliar o engajamento na luta pela regularização fundiária a partir do conhecimento das atividades, encaradas como conquista possível.

- A equipe se coloca à disposição do CAU-CE para pensar em conjunto num momento de apresentação dos resultados do trabalho e discussão aberta, a fim de expandir e semear a discussão para a cidade.

Etapas de execução:

Antes de apresentar as etapas de execução se faz necessária uma breve contextualização quanto a seleção das beneficiárias pelo projeto, pois isso tem rebatimento na sequência das atividades. No cenário de isolamento social decorrente da pandemia de Covid-19, a AMEM, em conjunto conosco, optou por realizar a seleção das mulheres e respectivas famílias, a partir dos critérios de prioridade (a serem abordados no item 5), somente após aprovação da proposta. **O número de casas a serem atendidas pela proposta nas comunidades apresentadas (40 casas) foi decidido pela Associação, a partir dos dados procedentes das atividades que elas desenvolvem há anos no território e das atuais práticas de assistência e segurança alimentar no combate à crise resultante da pandemia.** As associadas apresentam o cálculo de uma demanda em muito superior à possibilitada por este edital, de cerca de 200 famílias. Logo será uma das etapas de execução a confirmação de quem serão as beneficiárias dentro da demanda apresentada.

Abaixo a sequência das atividades:

1. Encontro de apresentação da proposta e discussão da estrutura, cronograma e temáticas.
2. Elaboração de proposta de logo e estrutura para rede social.
3. Confirmação das beneficiárias do projeto.
4. Reapresentação do projeto para AMEM e mulheres beneficiadas, e da proposta para rede social junto à realização da roda de conversa 1: Regularização Fundiária e Direito à Cidade numa visão interseccional.
5. Formação com assessoria jurídica sobre processo jurídico administrativo de regularização fundiária. Momento a ser facilitado pelo Caju - Centro de Assessoria Jurídica Universitária Popular.
6. Levantamentos arquitetônicos.
7. Roda de conversa 2: Regularização fundiária, infraestrutura e meio ambiente. Momento a ser facilitado junto com o Instituto Verdeluz.
8. Elaboração em escritório dos desenhos técnicos e memorial descritivo.
9. Roda de conversa 3: Moradia digna, um conceito em disputa.
10. Entrada dos documentos na SEUMA.
11. Entrega da documentação às mulheres atendidas.
12. Assessoria jurídica sobre a continuidade do processo.

Sobre a viabilidade de execução da regularização fundiária:

A rede articulada de parcerias (expostas no item 9) está comprometida a auxiliar nas formações das oficinas, nas rodas de conversa, na divulgação, no apoio com a infraestrutura, e, sobretudo, no apoio jurídico. Tornando, com isso, a execução do projeto altamente viável.

Com o projeto desenvolvido, será possível dar entrada na SEUMA para que o processo seja viabilizado. Caso hajam complicações jurídicas, a AMEM poderá contatar o Centro de Defesa da Arquidiocese, parceiro da Associação desde os primórdios da organização destas mulheres, e com o coletivo Urucum de assessoria jurídica, parceria articulada por nós para este edital. Além disso, continuaremos também no acompanhamento deste caso, dando o apoio necessário e que esteja dentro das competências da arquiteta e urbanista.

Defesa final da proposta:

Diante do exposto, acreditamos na **importância do apoio do CAU-CE** a essa proposta de regularização fundiária. É fundamental situar a necessidade da regularização fundiária nesse território em um contexto de lutas, as quais, ao longo da história do Conjunto Palmeiras, levaram a conquistas como energia elétrica, abastecimento de água, pavimentação de ruas, construção de escolas, transporte público, dentre outros equipamentos e serviços. Essas lutas reverberam na existência de diversas organizações fortemente articuladas no território, e que trabalham em rede com a AMEM, como: Banco Palmas, Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras, Círculos Populares, Comunidades Eclesiais de Base, Movimento dos Conselhos Populares.

Esse contexto é de grande relevância, considerando o gradativo distanciamento promovido por consecutivos marcos legais do entendimento burocrático e governamental de regularização fundiária urbana enquanto 'regularização fundiária plena'. Esta deveria envolver um conjunto de medidas urbanísticas, sociais, ambientais e jurídicas para promoção de condições dignas de moradia e acesso à infraestrutura urbana adequada, em articulação com o planejamento urbano municipal e respectivo plano diretor.

Logo, um projeto como o proposto contribui para a revinculação essencial da regularização fundiária à luta por infraestrutura e por um meio ambiente equilibrado, concretizando passo fundamental para que essas pessoas possam reivindicar mais direitos e serviços básicos, cientes do protagonismo feminino nesse processo, já que são as mulheres, sobretudo negras e pobres, as maiores vítimas da precarização de políticas públicas (MÉSZÁROS, 2002).

Assim, o apoio do CAU-CE a essa proposta, feita por mulheres para mulheres, e especificamente a esse território de luta e a essa associação de mulheres (AMEM), é essencial nesse momento no sentido de validar e de agir como um ator fortalecedor dessa rede de resistência já articulada e ainda bastante invisibilizada na cidade de Fortaleza.

A abordagem interseccional, inclusive, conversa com os esforços do próprio CAU-CE que facilitou o Grupo de Trabalho sobre Equidade de Gênero em 2019, reconhecendo a desigualdade de gênero em nosso campo profissional. Com temática histórica, o grupo percorreu e investigou durante 1 ano sobre a produção da mulher arquiteta no Ceará. O produto final consistiu em um seminário, a fim de debater com a classe os dados de pesquisa e questionamentos levantados e, também, pensar **potenciais movimentos** futuros para proporcionar equidade dentro do cenário real. Associando essa intenção do CAU-CE de equidade na profissão aos dados obtidos

através do censo aplicado pelo GT, que revela baixíssima atuação de arquitetas nos campos de trabalho que envolvem a cidade (de acordo com o Censo 2019 elaborado pelo GT), retornamos então ao próprio edital como uma urgente oportunidade de **colocar em prática** o que foi teorizado durante o grupo de trabalho. Proporcionando não só a equidade na cidade mas, através do conjunto da presente proposta, também na profissão, em seus diversos campos de atuação.

Apontamos, então, como **contrapartida**, a divulgação do processo, através da criação da rede social Instagram (exposto no item relativo à frente de Articulação) na qual reforçaremos nas postagens a importância do apoio do CAU-CE na temática da assistência técnica em territórios vulneráveis, dentro do recorte interseccional, como desdobramento coerente das mobilizações recentes do Conselho. A página também será uma difusora de conhecimento crítico em arquitetura e urbanismo, fomentando debates relativos à responsabilidade social do arquiteto e urbanista na nossa cidade e contribuindo para a transparência do processo de regularização fundiária.

Além disso, a equipe se coloca à disposição do Conselho para apresentação e discussão aberta, em momento extra, sobre os resultados do processo e questões relacionadas à direito à cidade, regularização fundiária, planejamento urbano, interseccionalidade etc, expandindo e semeando a discussão no campo profissional e para outros grupos territoriais da cidade. Neste momento, podemos considerar a participação das mulheres da AMEM, de outras possíveis redes de mulheres articuladas em outros territórios e de arquitetas e urbanistas.

5. Origem social das famílias abrangidas pelo Projeto

Informar: 5.1. Critério de seleção da(s) família(s) atendida(s); 5.2. Qual origem do banco de dados utilizado; 5.3. Quantidade de pessoas beneficiadas.

No tocante ao quantitativo de beneficiárias, a Associação e seu banco de dados apontam a necessidade de regularização de mais de 200 casas nas comunidades supracitadas, então, foi acordado com as associadas a proposta de trabalhar com o máximo do edital, **40 casas**.

Diante de uma demanda muito maior que a possibilitada por este edital, 40 unidades compõem o cenário mais expressivo possível. **Porém, é importante enfatizar que uma quantidade menor de casas beneficiadas, apesar de manter a ação aquém da demanda real, ainda seria considerada de grande relevância no contexto apresentado, porque a proposta está vinculada a uma articulação de luta e resistência. Por isso, reforçamos aqui a flexibilidade de nossa proposta quanto ao número beneficiárias.**

Os critérios de seleção e priorização das famílias são os seguintes:

Critérios estruturantes:

- Renda de 0-3 salários mínimos;
- Instalada há pelo menos 5 anos na residência;
- Não ter sido beneficiada com nenhum programa habitacional;
- Não ter nenhum imóvel em seu nome;
- Família chefiada por mulher;

Critérios de prioridade:

- Família chefiada por mulher negra;
- Família chefiado por mãe solo;
- Família chefiada por mulheres com filhos em idade escolar;
- Situação de precariedade habitacional;
- Nível de aproximação e engajamento às atividades da AMEM;
- Família diretamente impactada pela crise decorrente da pandemia por Covid 19;

*Em caso de empate, a proximidade geográfica entre as casas é considerada.

* Os critérios de prioridade não estão dispostos por nível de relevância.

Pelo menos **40 famílias serão diretamente impactadas por este projeto**, entretanto, nossa proposta não se limita apenas ao levantamento das casas. As formações e rodas de conversa abertas ao público serão formas de fazer a comunidade como um todo refletir sobre a importância da regularização fundiária e o direito à cidade, fortalecendo seu histórico de lutas por melhorias. Aliando à ajuda com divulgação oferecida pelo MCP e pela AMEM, pretendemos atingir ainda mais pessoas espalhadas pelo bairro inteiro, para além das famílias beneficiadas.

Origem do banco de dados utilizado:

Em um sentido macro de compreensão do território, foram usadas bases de dados tais como IBGE (2010), IPECE (2012), PLHIS (2012), SEFIN (2015). No entanto, em um sentido de compreensão mais próxima do território, a AMEM (Associação de Mulheres em Movimento), possui um banco de dados das mulheres chefes de família que fazem parte da associação e ele será essencial para nos auxiliar no sentido de selecionar – a partir dos critérios já expostos acima – as residências a serem contempladas pelo processo de regularização fundiária.

6. Programação do Projeto

Informar: 6.1. A programação, incluindo as atividades previstas; 6.2. Etapas/Cronograma; 6.3. Local e condições de Execução; 6.4. Outras informações relevantes.

Etapa	Atividade	Local	Duração	Data
0	Início das atividades	Home-Office	-	06/07
1	Apresentação da equipe e do projeto	Sede AMEM*	1 turno	11/07
2	Preparação das formações. Desenvolvimento da identidade visual para a montagem da página do instagram.	Home-Office	4 semanas	06/07 - 31/07
3	Ida da equipe da AMEM a campo para contatar as famílias que se encaixam nos requisitos.	Conjunto Palmeiras	3 semanas	13/07 - 31/07
4	Fechamento da lista final de famílias, em parceria com a AMEM.	Home-Office (videoconferência)	1 semana	03/08 - 07/08
5	Apresentação da Rede Social. Roda de conversa: Regularização Fundiária e Direito à Cidade numa visão interseccional	Sede AMEM*	1 turno	08/08
6	Levantamentos	Casa das beneficiárias	1 turno por casa	10/08 - 25/09
7	Formação com assessoria jurídica sobre processo jurídico administrativo de regularização fundiária	Sede AMEM*	1 turno	15/08
8	Roda de conversa: Regularização fundiária, infraestrutura e meio ambiente	Sede AMEM*	1 turno	26/09
9	Digitalização dos levantamentos: Elaboração dos desenhos técnicos e memorial descritivo.	Home-Office	1 turno por casa	28/09 - 30/10
10	Fechamento e roda de conversa: Moradia digna, um conceito em disputa.	Sede AMEM*	1 turno	31/10
11	Apresentação do produto ao CAU-CE	Sede CAU-CE	1 turno	02/11
12	Adaptar o produto às exigências da SEUMA, para dar entrada ao processo legal de regularização fundiária	Home-Office	-	02/11 - 13/11
13	Entrega da documentação às mulheres atendidas.	-	-	14/11
14	Coleta de material para alimentação da página do instagram	-	-	Ao longo de todo o processo

* Local sujeito a mudança, dependendo da quantidade de pessoas previstas para a participação da reunião. Além da Sede da AMEM, também temos a possibilidade de organizar as atividades em espaços dos nossos parceiros (ex: Auditório do Banco Palmas, sede do MCP e etc).

Observação: Cronograma sujeito à alterações conforme o monitoramento da COVID-19 em Fortaleza.

7. Observações Gerais

Utilizar esse espaço para outras informações relativas ao projeto a ser desenvolvido, não especificadas anteriormente e que julgar relevantes para o entendimento da proposta.

Referências:

_BRITO, Janaina Carneiro Americano de. Cidade Competitiva e Apavorada: uma intervenção no Jangurussu. 2018. 119 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

_BUTLER, J. Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto? . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_CRENSHAW, Kimberlé W. (1989), "Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics". University of Chicago Legal Forum, pp. 139-167.

_DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe . Boitempo Editorial, 2016.

_FEDERICI, Silvia. O ponto zero da revolução . Editora elefante. 2018.

_G1 - CE. Bom Jardim e Jangurussu são os bairros de Fortaleza onde mais jovens são assassinados. Publicado em 22 mai. 2018.

Disponível em:

<<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/bom-jardim-e-jangurussu-sao-os-bairros-de-fortaleza-onde-mais-jovens-sao-assassinados.ghtml>>

. Acesso em 11 jun. 2020.

_HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

_MÉSZÁROS, István. Para além do capital. São Paulo. Boitempo, 2002.

8. Estimativas de custo dos Projetos			
		R\$	% SOBRE O CUSTO TOTAL
Valor apoiado por outros parceiros		-	-
Valor apoiado pelo CAU/CE		R\$ 20.000,00	100%
TOTAL DO PROJETO		R\$ 20.000,00	100%
9. Parcerias			
Identificação do Parceiro (nome)	Tipo de parceria - Apoio -Parceria institucional etc.	Estágio das Negociações Confirmado ou a confirmar	R\$
MCP (Movimento dos Conselhos Popular): Organização comunitária que tem como objetivo a construção de uma mobilização de cidadania ativa na cidade e na construção do Poder Popular	Apoio com articulação e divulgação	Confirmado (parceria consolidada da AMEM)	-
Rede Jubileu Sul: Rede ampla e plural de movimentos sociais, organizações populares e religiosas, política, comunidades e campanhas na América Latina	Apoio com articulação e divulgação	Confirmado (parceria consolidada da AMEM)	-
Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza (CDPDH)	Apoio jurídico	Confirmado (parceria consolidada da AMEM)	-
Centro de Nutrição do Conjunto Palmeira: Grupo de mulheres cozinheiras do bairro	Apoio com alimentação em oficinas e rodas de conversa	Confirmado (parceria consolidada da AMEM)	-
Banco Palmas: Banco comunitário do bairro	Apoio com articulação e infraestrutura	Confirmado (parceria consolidada da AMEM)	-

Círculos populares: Movimento popular urbano. Atualmente com núcleos/Círculos atuantes no Grande Jangurussu e Serrinha	Apoio com a articulação das oficinas, rodas de conversa, infraestrutura.	Confirmado (parceria consolidada da AMEM)	-
Associação dos moradores do Conjunto Palmeiras	Apoio com articulação e infraestrutura	Confirmado (parceria consolidada da AMEM)	-
Centro de Assessoria Jurídica Universitário (CAJU)	Assessoria jurídica.	Confirmado	-
Verdeluz	Consultoria jurídica ambiental; educação ambiental; parceria de divulgação.	Confirmado	-
Coletivo Flor de Urucum	Assessoria em Direitos Humanos, Comunicação e Justiça.	A confirmar	-
TOTAL GERAL (R\$) DE PARCERIAS			-

10. Despesas previstas do Apoio do CAU/CE

Item/Detalhamento	Tipo de despesa	Quantitativo/unidade	R\$
Gasolina	Deslocamento	5 Idas à AMEM para formações + 20 idas ao Conjunto Palmeiras e adjacências para os levantamentos	R\$ 386,25 (R\$ 15,45 por dia, ida e volta)
Trena Eletrônica	Instrumento para o levantamento	02	R\$ 280,00 (R\$ 140,00 por cada)
Prancheta, lápis, papel ofício A4.	Material de papelaria para o levantamento	5 Pranchetas 5 lápis 1 Resma de Papel ofício (500 folhas)	R\$ 52,50 (R\$ 25,00 + R\$ 4,60 + R\$ 22,90)
Desenhos Plotados em tamanho A1 Folders	Impressões para as oficinas	2 pranchas A1 P&B 60 folders P&B	R\$ 40,60 (R\$ 10,60 + R\$ 30,00)
Canetinhas, Lápis de cor, borrachas	Material de desenho para as oficinas	2 Pacotes de Canetinhas (12 cores) 2 Estojos de lápis de cor (12 cores) Caixa lápis grafite (12 un.) 1 Pacote de borrachas (20un.)	R\$ 57,30 (R\$ 16,60 + R\$ 17,00 + R\$ 9,50 + R\$ 14,20)
Refeições para as profissionais em dias de levantamento	Alimentação	2 Quentinhas por dia completo de trabalho (20 dias) adquiridas em negócios locais do Conjunto Palmeiras e com o Centro de Nutrição do bairro	R\$ 600,00 (R\$ 15,00 por unidade)
Lanche das oficinas	Alimentação	5 lanches (um para cada formação/oficina) adquiridos em negócios locais do Conjunto Palmeiras e com o Centro de Nutrição do bairro	R\$750,00 (R\$ 150,00 por unidade)
Emissão de RRT do projeto	Taxas do CAU	RRTs emitidas por cada uma das 5 arquitetas	R\$489,75 (R\$ 97,95 por unidade)
Máscara de acetato (Proteção contra Covid-19)	EPI para as 5 arquitetas e 5 lideranças da AMEM que farão visitas de campo	10 unidades	R\$ 189,80 (R\$ 94,90 cada kit com 5 máscaras de acetato)
Remuneração das profissionais	Remuneração	5 profissionais	R\$ 17.153,80 (R\$3.430,76 para cada)
TOTAL GERAL (R\$) DE GASTOS			R\$20.000,00

11. Critérios de Avaliação (espaço reservado ao CAU/CE)		
Originalidade/Inovação do projeto	Nota	Nota
<ul style="list-style-type: none"> • Projetos inéditos serão analisados pelos aspectos de originalidade e pertinência em relação ao Edital; • Projetos com histórico de realização serão avaliados pela relevância das inovações propostas com foco no Edital. 	2,5	
Clareza e coerência na apresentação do projeto	Nota	Nota
<ul style="list-style-type: none"> • Serão analisadas a clareza na exposição dos objetivos e sua relevância em relação às contribuições para o desenvolvimento da arquitetura e urbanismo, a coerência do cronograma de execução, da cota solicitada e da estratégia de divulgação. 	2,0	
Qualidade das contrapartidas	Nota	Nota
<ul style="list-style-type: none"> • Serão analisadas o acesso dos arquitetos e urbanistas e estudantes de arquitetura e urbanismo às ações propostas, otimização dos recursos com espaços e infraestrutura para a participação do CAU/CE, a relevância das contrapartidas e seus desdobramentos para a atuação do CAU/CE. 	1,5	
A relevância do projeto para o desenvolvimento da arquitetura e urbanismo	Nota	Nota
<ul style="list-style-type: none"> • Potencial do projeto para a produção e difusão do conhecimento para arquitetura e urbanismo; • Promoção, desenvolvimento e fortalecimento do ensino e do exercício profissional da arquitetura e urbanismo; • Potencialização, conquista e ampliação do campo de atuação profissional; • Promoção, articulação e fortalecimento das entidades de arquitetura e urbanismo; • Visibilidade institucional e fortalecimento da imagem do CAU/CE como fomentador da Arquitetura e Urbanismo para Todos. 	1,5	
A relevância do projeto para a sociedade	Nota	Nota
<ul style="list-style-type: none"> • Potencial do projeto para alcance de benefícios diretos ou indiretos à sociedade; • Viabilidade de execução das obras • Desenvolvimento social inclusivo, de forma a contribuir para a redução de desigualdades e melhoria da qualidade de vida nos ambientes urbanos e rurais. 	2,5	
Total	10,00	

12. Valor do Convênio (espaço reservado ao CAU/CE)	
Valor solicitado	
Valor Limite a ser Aprovado	
Valor aprovado	
14. Data de assinatura do Contrato (espaço reservado ao CAU/CE)	
15. Validade do Contrato (espaço reservado ao CAU/CE)	
16. Declaração De Regularidade Documental e Fiscal	
<p>Declaro estar ciente das normas de patrocínio do CAU/CE e adequar-me aos seus dispositivos.</p> <p style="text-align: center;"><u>Clarisse F. de Queiroz</u></p>	